

GRUPO SOLIDARIEDADE SOCIAL DESPORTIVO CULTURAL E  
RECREATIVO DE MIRO

---



**ANEXO**

**31 de Dezembro de 2015**

---

***Índice***

1. Identificação da Instituição .....	2
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras .....	2
3. Principais políticas contabilísticas .....	3
4. Fluxos de caixa.....	5
5. Activos intangíveis .....	6
6. Activos fixos tangíveis.....	7
7. Inventários.....	8
8. Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	8
9. Acontecimentos após a data do balanço .....	9
10. Benefícios dos empregados.....	9
11. Decomposição e movimento dos Itens de Fundo Social.....	10
12. Outras divulgações exigidas por diploma legal .....	10

# GRUPO SOLIDARIEDADE SOCIAL DESPORTIVO CULTURAL E RECREATIVO DE MIRO

## ANEXO

31 de Dezembro de 2015

O presente Anexo, relativo ao exercício económico que termina a 31 de Dezembro de 2014, procede à compilação das divulgações que a Empresa considera que devem ser relatadas, face ao exigido pelo normativo que lhe é aplicável, designadamente as NCRF-ESNL.

### 1. Identificação da Instituição

GRUPO SOLIDARIEDADE SOCIAL DESPORTIVO CULTURAL RECREATIVO DE MIRO

Rua Nossa Senhora da Conceição nº 57 – MIRO

3360-173 FRIUMES

[gssdcrmiro@sapo.pt](mailto:gssdcrmiro@sapo.pt)

Actividade : Actividades de Apoio Social com alojamento.

### 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

#### 2.1. Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Deve entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF-ESNL).

Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

#### 2.2. Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

#### 2.3. Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.


#### 2.4. Classificação dos activos e passivos não correntes

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como activos e passivos não correntes.

# GRUPO SOLIDARIEDADE SOCIAL DESPORTIVO CULTURAL E RECREATIVO DE MIRO

---



## 2.5. Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

## 2.6. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

## 2.7. Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2013 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2014.

## 2.8. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

## 2.9. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

## 3. Principais políticas contabilísticas

---

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

### 3.1. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os bens do activo imobilizado foram registados ao custo de aquisição

As amortizações foram efectuadas de acordo com o estabelecido no Dec-lei 78/88 no ponto 1 amortizações.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes de acordo com o estabelecido no Dec-lei 78/88 no ponto 1 amortizações.

Estas taxas são consideradas como razoavelmente representativas da vida útil estimada dos bens.

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

# GRUPO SOLIDARIEDADE SOCIAL DESPORTIVO CULTURAL E RECREATIVO DE MIRO

---



As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

## **3.2. Activos intangíveis**

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes activos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a instituição, sejam controláveis pela Instituição e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Instituição demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes gastos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como activos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com excepção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

## **3.3. Inventários**

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo corrente, o qual é inferior ao custo de mercado. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

## **3.4. Clientes e outros valores a receber**

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

## **3.5. Caixa e equivalentes de caixa**

# GRUPO SOLIDARIEDADE SOCIAL DESPORTIVO CULTURAL E RECREATIVO DE MIRO



Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

## 3.6. Provisões

É analisada de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação. A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

## 3.7. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

## 3.8. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a instituição tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

## 4. Fluxos de caixa

### 4.1. Desagregação dos valores inscritos e dos movimentos havidos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Contas	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	5.040,35	40.098,10	38.803,52	6.334,93
Depósitos à ordem	6.382,06	1.043.433,89	1.037.051,51	12.764,44
Outros depósitos bancários	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total caixa e depósitos bancários</b>	<b>11.422,41</b>	<b>1.083.531,99</b>	<b>1.075.855,03</b>	<b>19.099,37</b>
Dos quais: depósitos bancários no exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Outra Informação</b>				
Recebimentos provenientes de :				
Indemnização de seg. não vida				0,00
Subsídios à exploração				0,00
Caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso				0,00

# GRUPO SOLIDARIEDADE SOCIAL DESPORTIVO CULTURAL E RECREATIVO DE MIRO

## 5. Activos intangíveis

### 5.1. Divulgações para cada classe de activos intangíveis, distinguindo entre os activos intangíveis gerados internamente e outros activos intangíveis:

	DESCRICÃO	Conta 441 Trespasse	Conta 442 Projectos de desenvolvimento	Conta 443 Programas de computador	Conta 444 Propriedade Industrial	Conta 446 Outros Activos Intangíveis	Conta 436 Equipamentos Biológicos	Conta 45 Activos intangíveis em curso	Conta 45 Adiantamentos Act.Intangíveis	Total
	<b>Vida útil indefinida</b>									
1	Valor Bruto no fim do período									
2	Perdas por imparidade Acumuladas									
3	Valor líquido no fim do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Vida útil definida</b>									
4	Valor bruto no início			2.081,08		82.524,47				84.605,55
5	Amortizações acumuladas					79.920,60				79.920,60
6	Imparidades Acumuladas									0,00
7	saldo no início do período	0,00	0,00	2.081,08	0,00	2.603,87	0,00	0,00	0,00	4.684,95
8	Variações no período									
8, 1	<b>Total dos aumentos</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Aquisições em primeira mão									
	Concentrações									
	Outras aquisições									
	Trabalhos para a própria entidade									
	Revalorizações									
	Outros aumentos									
8, 2	<b>Total das diminuições</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Amortizações do período					0,00				
	Perdas por imparidade									
	Alienações									
	Abates									
	Outras diminuições									
8, 3	Reversão de perdas por imparidade									
8, 4	Transferência de activos intangíveis em curso									
8, 5	Transferências de activos não correntes DV									
8, 6	Outras transferências									
9	<b>Total dos Activos Intangíveis</b>	0,00	0,00	2.081,08	0,00	2.603,87	0,00	0,00	0,00	4.684,95
10	Garantias de passivos/titularidade restringida									

# GRUPO SOLIDARIEDADE SOCIAL DESPORTIVO CULTURAL E RECREATIVO DE MIRO

## 6. Activos fixos tangíveis

### 6.1. Divulgações sobre activos fixos tangíveis:

	DESCRICÃO	Conta 431 Terrenos	Conta 432 Edifícios e outras Construções	Conta 433 Equipamento Básico	Conta 434 Equipamento de Transporte	Conta 435 Equipamento Administrativo	Conta 436 Equipamentos Biológicos	Conta 437 Outros Activos Fixos	Conta 45 Activos fixos Tangíveis em	Conta 45 Adiantamentos AFT	Total
1	Quantia Bruta Escriturada Inicial	80.000,00	1.351.304,66	300.488,94	80.847,00	99.820,19	0,00	3.925,96	0,00	0,00	1.916.386,75
2	Depreciações Acumuladas iniciais	0,00	165.740,86	234.969,18	50.247,01	89.542,89		4.319,70			544.819,64
3	Perdas por imparidade Acumuladas Iniciais										0,00
4	Quantia líquida Escriturada Inicial (4=1-2-3)	80.000,00	1.185.563,80	65.519,76	30.599,99	10.277,30	0,00	-393,74	0,00	0,00	1.371.567,11
5, 1	Movimentos do período										
	<b>Total Das Adições</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>269,00</b>	<b>3.500,00</b>	<b>499,47</b>	<b>0,00</b>	<b>393,74</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.662,21</b>
	Aquisições em primeira Mão		0,00	269,00	3.500,00	499,47		393,74			4.662,21
	Aquisições Através de concentrações de actividades empresariais										0,00
	Outras Aquisições Estimativa de custos de desmantelamento e remoção										0,00
	Trabalhos para a própria entidade										0,00
	Acréscimos por revalorização										0,00
	Outras										0,00
5, 2	<b>Total das Diminuições</b>	<b>0,00</b>	<b>36.056,02</b>	<b>24.492,37</b>	<b>16.159,18</b>	<b>5.422,15</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>82.129,72</b>
	Depreciações		36.056,02	24.492,37	16.159,18	5.422,15		0,00			82.129,72
	Perdas por imparidade										0,00
	Alienações										0,00
	Abates										0,00
	Outras										0,00
5, 3	Reversões de perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5, 4	Transferências de AFT em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5, 5	Transferências de/para ANCDV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5, 6	Outras Transferencias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Quantia líquida escriturada final	80.000,00	1.149.507,78	41.296,39	17.940,81	5.354,62	0,00	0,00	0,00	0,00	1.294.099,60
7	Quantia de garantia de passivos e/ou titularidade restringida										

**GRUPO SOLIDARIEDADE SOCIAL DESPORTIVO CULTURAL E  
RECREATIVO DE MIRO**

**7. Inventários**

Quadro de apuramento do custo da mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Descrição	Matérias primas e subsidiárias		TOTAL
	Mercadorias		
Inventários iniciais		3.579,26	3.579,26
Compras		113.734,22	113.734,22
Reclassificação e regularização de inventários		17.637,47	17.637,47
Inventários finais		5.016,56	5.016,56
<b>Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas</b>	<b>0,00</b>	<b>94.659,45</b>	<b>94.659,45</b>
<b>Outras informações</b>			
Ajustamentos por imparidade do período			0,00
Ajustamentos/perdas por imparidade acumuladas			0,00
Reversão de ajustamentos/perdas de imparidade			0,00
Inventários ao justo valor menos custos de os vender			0,00
Inventários dados como penhor ou garantia de passivos			0,00
Inventários que se encontram fora da empresa			0,00
Adiantamentos por conta de compras			0,00

**8. Subsídios do Governo e apoios do Governo**

8.1. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que directamente se beneficiou.

Descrição	Subsídios do Estado e outros entes públicos		Subsídios de outras entidades	
	Valor total atribuído	Valor imputado no período	Valor total atribuído	Valor imputado no período
<b>Subsídios ao investimento</b>	<b>627.180,00</b>	<b>14.283,94</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Para activos fixos tangíveis	627.180,00	14.283,94		
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	562.745,00	13.622,66		
Equipamento básico	64.435,00	661,28		
<b>Valor dos reembolsos efectuados no período</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
De subsídios ao investimento				
De subsídios à exploração	0,00			
<b>Total</b>	<b>627.180,00</b>	<b>14.283,94</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



# GRUPO SOLIDARIEDADE SOCIAL DESPORTIVO CULTURAL E RECREATIVO DE MIRO

## 9. Acontecimentos após a data do balanço

### 9.1. Autorização para emissão:

Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou:

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 30 de Março de 2013, pela Administração. A sua aprovação final está ainda sujeita à concordância da Assembleia-Geral de Sócios.

## 10. Benefícios dos empregados

### 10.1. Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas:

Descrição	Nº médio de pessoas	Nº de horas trabalhadas
<b>Pessoas ao serviço da empresa</b>		
Pessoas remuneradas	48	76.977,25
Pessoas não remuneradas		
<b>Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário</b>		
Pessoas a tempo completo		
(das quais pessoas remuneradas)	48	76.977,25
Pessoas na tempo parcial		
(das quais pessoas remuneradas)		
<b>Pessoas ao serviço da empresa por sexo</b>		
Masculino	6	10.508,25
Feminino	39	66.469,00
<b>Pessoas ao serviço da empresa afectas a I&amp;D</b>		
<b>Prestadores de serviços</b>	3	
<b>Pessoas colocadas por agências de trabalho temporário</b>		

### 10.2. Benefícios dos empregados e encargos da entidade:

Descrição	Quantias
<b>Gastos com o pessoal</b>	<b>0,00</b>
Renunerações dos órgãos sociais	0,00
(dos quais participações nos lucros)	0,00
Renunerações do pessoal	400.127,37
Encargos sobre as remunerações	84.451,98
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	3.863,64
Gastos de acção social	0,00
Outros gastos com o pessoal	19.686,90
(dos quais: formação)	280,00
(dos quais: fardamento)	401,22

# GRUPO SOLIDARIEDADE SOCIAL DESPORTIVO CULTURAL E RECREATIVO DE MIRO

## 11. Decomposição e movimento dos Itens de Fundo Social

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Fundo social	444.700,49		0,00	444.700,49
Outros instrumentos de capital				0,00
Prémios de emissão				0,00
Reservas				0,00
Reservas legais				0,00
Outras reservas				0,00
Resultados transitados	88.840,59	42.925,17		45.915,42
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis				0,00
Reavaliações decorrentes de diplomas legais				0,00
Outros excedentes				0,00
Outras variações nos capitais próprios				0,00
Subsídios	516.577,29	18.678,16		497.899,13
Doações				0,00
Outras variações	-42.925,17	57.740,04	42.925,17	-57.740,04
<b>Total</b>	<b>1.007.193,20</b>	<b>119.343,37</b>	<b>42.925,17</b>	<b>930.775,00</b>

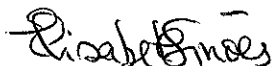
## 12. Outras divulgações exigidas por diploma legal

- A Administração informa que a Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 534/80 de 7 de Novembro.
- Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-lei nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

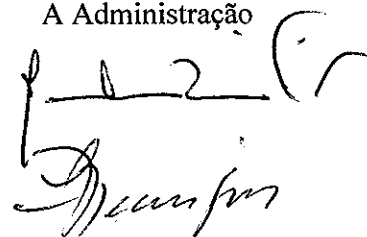
O Técnico de Contas

31195

Elisabete Simoes



A Administração



Maria Gonete de Oliveira Noqueira